

Despacho n.º 13 328/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 13 de Janeiro de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Planeamento e Coordenação da Direcção de Finanças de Setúbal, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as quatro candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Cristina Maria Ezequiel Conceição Cruz Coelho cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, a técnica de administração tributária do nível 2 do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciada Cristina Maria Ezequiel Conceição Cruz Coelho no cargo de chefe da Divisão de Planeamento e Coordenação da Direcção de Finanças de Setúbal.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 19 de Maio de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

19 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum vitae

Elementos de identificação:

Nome — Cristina Maria Ezequiel Conceição Cruz Coelho;
Residência — Rua do Miradouro do Sado, 3, 3.º, esquerdo, 2900-500 Setúbal;
Bilhete de identidade n.º 6075946, de 15 de Junho de 2004, do arquivo de identificação de Setúbal;
Data de nascimento — 17 de Janeiro de 1961;
Naturalidade — Caia e São Pedro, Elvas, distrito de Portalegre.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, desde 4 de Outubro de 1995;
Pós-graduação na área de Ciências Jurídico-Administrativas, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Carreira profissional:

Desde Janeiro de 2000 — Direcção de Finanças de Setúbal:

Exercício do cargo de chefe de divisão, em regime de substituição, na Divisão de Planeamento e Coordenação;
Por despacho de 9 de Janeiro de 2004 do director-geral dos Impostos, nomeada na categoria de técnico de administração tributária do GAT do nível 2, grau 4;

De 1 de Setembro de 1995 a 31 Dezembro de 1999 — desempenho de funções na área da Divisão de Justiça Tributária de Setúbal;

Outubro de 1997 — nomeação na categoria de perito tributário de 2.ª classe;

De 15 de Abril de 1982 a 1 de Setembro de 1995:

Desempenho de diversas funções na Repartição de Finanças;

Ingresso na função pública, em 19 de Abril de 1982, como liquidadora tributária estagiária, na Repartição de Finanças de Ferreira do Alentejo.

Formação profissional — participação em vários cursos/acções de formação e de aperfeiçoamento profissional, ministrados pela DGCI, no âmbito da fiscalidade, auditoria, gestão e recursos humanos.

Rectificação n.º 1043/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 2 de Junho de 2005, o aviso n.º 5567/2005 de abertura de concurso interno de acesso misto para a categoria de assessor principal da carreira técnica superior, área de gestão de recursos humanos, organização e documentação, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, rectifica-se que onde se lê «2.1 — Quota 1 — a que só poderão candidatar-se funcionários pertencentes à DGCI com a categoria de assessor principal, da carreira técnica superior, área de gestão de recursos humanos, organização e documentação, desde que detenham, pelo menos, três anos na respectiva categoria, classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*.» deve ler-se «2.1 — Quota 1 — a que só poderão candidatar-se funcionários pertencentes à DGCI com a categoria de assessor, da carreira técnica superior, área de gestão de recursos humanos, organização e documentação, desde que detenham, pelo menos, três anos na respectiva categoria, classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*.»

2 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 1044/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 5341/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio de 2005, a pp. 7948 e 7950, rectifica-se que onde se lê:

Direcção de Finanças de Lisboa

Nome da equipa	Número de elementos da equipa	Funcionários designados para chefia de equipa	Categoria	Período de duração	
				Início	Fim
.....
Justiça tributária					
Contra-Ordenações I	6	Amélia Maria Bernardes Miranda	TAT 1	21-12-2004	31-12-2005

deve ler-se:

Direcção de Finanças de Lisboa

Nome da equipa	Número de elementos da equipa	Funcionários designados para chefia de equipa	Categoria	Período de duração	
				Início	Fim
.....
Justiça tributária					
Contra-Ordenação I	6	Amélia Maria Bernardes Miranda	TAT 1	21-12-2004	28-2-2005

e onde se lê:

Direcção de Finanças de Faro

Nome da equipa	Número de elementos da equipa	Funcionários designados para chefia de equipa	Categoria	Período de duração	
				Início	Fim
.....
Serviços de Apoio Gestão Inspecção Tributária					
—	5	Paulo Armindo Teixeira A. Sequeira	ITN 2	24-12-2004	30-4-2005

deve ler-se:

Direcção de Finanças de Faro

Nome da equipa	Número de elementos da equipa	Funcionários designados para chefia de equipa	Categoria	Período de duração	
				Início	Fim
.....
Serviço de Apoio Gestão Inspecção Tributária					
—	5	Paulo Armindo Teixeira A. Sequeira	ITN 2	24-12-2004	30-4-2005

3 de Junho de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 6047/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Maio de 2005 do presidente do conselho de direcção:

Licenciado Carlos Jorge Alegria Pais — provido, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, deste Instituto, para possível reclassificação, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro de Almeida Fernandes*.

Aviso n.º 6048/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Maio de 2005 do presidente do conselho de direcção:

Licenciados Luís Miguel Carogo Ranito, Vítor Manuel Mateus da Iria, Nuno Filipe dos Reis Torgal André, Lisdália Maria Gomes Sanches, Mónica de Goyri Ferreira e Mendes Monteiro, Alexandra Maria Amaral Lopes, Iola Isabel Carias Narciso Franco, António Jorge Filipe da Fonseca, Alexandre Miguel Morgado Martins, Hugo Miguel Dias Leitão e Nuno Luís de Lima Figueiredo Martins da Cruz, especialistas de informática do grau 1, nível 3, do quadro de pessoal do Instituto de Informática — providos, precedendo concurso, como especialistas de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal do mesmo Instituto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro de Almeida Fernandes*.

Aviso n.º 6049/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso misto para dois lugares da categoria de técnico de informática, grau 2, da área funcional de engenharia de software.* — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação de 18 de Abril de 2005, do conselho de direcção deste Instituto, nos termos do artigo 9.º do decreto-lei em epígrafe, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto, tendo em vista o provimento de dois lugares da categoria de técnico de informática, grau 2, na área funcional de engenharia de *software*, do quadro de pessoal do Instituto de Informática, tendo sido fixada a seguinte quota, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

Referência A — um lugar a preencher por funcionários do Instituto de Informática;

Referência B — um lugar a preencher por funcionários que não pertençam ao Instituto de Informática, sendo condição preferencial que os candidatos tenham conhecimento e experiência em linguagens de programação, nomeadamente Java e Abap, e ainda familiaridade com o sistema integrado da SAP.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo prazo de um ano a partir da data da publicação da lista de classificação final.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 6/96, de 31 de Janeiro, 143/98, de 22 de Maio, 175/98, de 2 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, 97/2001, de 26 de Março, 141/2001, de 24 de Abril, e Portarias n.ºs 830/2000, de 29 de Maio, e 358/2002, de 3 de Abril.

4 — Local de trabalho — Avenida de Leite de Vasconcelos, 2, Alfragada, 2614-502 Amadora.

5 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração corresponde àquela que resultar da aplicação do mapa i anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a Administração Pública.

6 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional dos lugares a prover é:

Referência A — o descrito nas alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;

Referência B — o descrito nas alíneas a), c) e d) do n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

7 — Condições de admissão — podem candidatar-se a concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos gerais de admissão e provimento em funções públicas, constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os seguintes requisitos especiais:

- Sejam funcionários de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública;
- Sejam detentores da categoria de técnico de informática, grau 1, com pelo menos quatro anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou seis anos classificados de *Bom*, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001.

8 — Métodos de selecção:

8.1 — Prova de conhecimentos — a prova de conhecimentos revestirá a forma escrita, terá a duração de duas horas, será elaborada de acordo com o despacho conjunto n.º 849/2002, dos Secretários de Estado do Orçamento e da Administração Pública, publicado no